DEBATES

DENDEICULTURA DE ENERGIA E AGRICULTURA FAMILIAR NA AMAZÔNIA PARAENSE: A MICRORREGIÃO DE TOMÉ-AÇU[1]

João Santos Nahum[2]

Pressupostos

Partimos do pressuposto de que a chegada da dendeicultura de energia na microrregião de Tomé-Açu, no nordeste paraense, é um evento, pois reorganiza a paisagem, a configuração territorial, a dinâmica social, enfim, o espaço geográfico ou território usado (Nahum; Malcher, 2012). Desde então, arriscamo-nos a dizer que temos demarcado um período geográfico do dendê, tornado possível por determinados estágios das pesquisas tecnológicas acerca das condições edafoclimáticas necessárias e propícias ao cultivo em grande escala da palma do dendê; por um conjunto de ações governamentais que promoveram a dendeicultura a política de Estado, tais como o Plano Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) e o Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma no Brasil, que propõem saídas à crise da matriz energética alicerçada no combustível fóssil e responder positivamente à histórica dívida social do Estado para com o campesinato tradicional, visto que esse plano promoveria a inclusão social dos agricultores familiares por meio do programa dendê sustentável; por fim, tornado possível pela voracidade do mercado de *commodities* de óleo de palma, que encontrou seus limites físicos e territoriais no continente

1 Artigo fruto do projeto de pesquisa "Usos do território, dendeicultura e modo de vida quilombola na Amazônia: estudo da microrregião de Tomé-Açu (PA)", que tem auxílio financeiro do CNPq, chamada Universal 14/2011.

2 FGC/PPGEO/UFPA. Correio eletrônico: joaonahum@ufpa.br.

asiático, isto é, não tem mais terra para plantar dendê, por isso expande-se para África e América Latina.

Consideramos que, do ponto de vista técnico, as vantagens econômicas e produtivas do dendê, comparadas às outras palmas e oleaginosas, são imbatíveis. Teses, dissertações, publicações especializadas, jornais e sites em uníssono exaltam as virtudes da palma africana que prodigiosamente tão bem se adaptou ao solo amazônico (Furlan Júnior *et al.*, 2006; Castro; Lima; Silva, 2010; Suframa/FGV, 2003; Silva, 2006; Semedo, 2006; Embrapa, 2006; Embrapa, 2011, <www.redebiodiesel.com.br/>). Sublinham que se trata de uma palma capaz de promover o desenvolvimento sustentável, posto que recuperaria ambiental, econômica e socialmente áreas degradas pela pecuária. O cultivo do dendê geraria empregos e renda para o campesinato, resgatando-o da condição de "classe incômoda" ou "classe invisível", esquecida pelas políticas de Estado. Ele não terminaria mais seus dias nas roças de mandioca, nos retiros e casas de farinha. Dada a imensa disposição para o trabalho, sua organização familiar e a baixa escolaridade, esse campesinato tradicional pode ser absorvido para trabalhar nos campos de dendê, coletando cachos e juntando os frutos, além de outras atividades que exigem vitalidade.

Tendo como premissa que é preciso perguntar *quem* ganha com a dendeicultura, pois, tão importante quanto ressaltar as potencialidades econômicas, ambientais e sociais do dendê é refletir sobre quem usufrui dos dividendos dessas potencialidades, ou seja, quem fica com a renda da terra. É preciso refletir sobre os impactos no modo de vida do lugar onde o agronegócio do dendê se implanta e expande, isto é, o que significa passar da condição de lavrador para agricultor de dendê ou, de outro modo, de camponês tradicional para agricultor familiar.

É considerando esses pressupostos que refletimos sobre as relações entre dendeicultura de energia e agricultura familiar na microrregião de Tomé-Açu. Por dendeicultura de energia entendemos a produção de dendezeiros (*Eleaeis guineenses Jacq*) destinados ao biodiesel, isto é, para a agricultura de energia. Para efeitos de construção de uma definição geral, agricultura familiar "corresponde a formas de organização da produção em que a família é ao mesmo tempo proprietária dos meios de produção e executora das atividades produtivas" (Neves, 2012, p. 33).

Indicamos alguns componentes dessa nova situação geográfica que se desenha no espaço agrário amazônico. Expomos em largos traços uma tendência que visualizamos no horizonte regional onde o evento da dendeicultura aporta a formação de um campo sem camponeses, posto que estes se metamorfoseiam, paulatinamente, em trabalhadores para o capital, seja como assalariados das empresas ou mesmo associando-se aos projetos de agricultura familiar.

Dendeicultura de energia e agricultura familiar

No estado do Pará formaram-se territórios usados pelo dendê, possibilitados por políticas estatais associadas a interesses empresarias. Distribuem-se predominantemente pela macrorregião do nordeste paraense, singularizando-se pela descontinuidade, configurando-se como territórios-rede (Haesbaert, 2004) espalhados pelo arranjo espacial do estado, onde cada campo de dendê constitui um ponto na rede, unificados por um comando exógeno. O tamanho e quantidade dos pontos dependem da envergadura e natureza do capital acionado para transformar extensas terras em território do dendê. Portanto, nem toda empresa de dendê tem condições políticas, econômicas e espaciais para construir seu território-rede.

No período atual, a configuração de territórios-rede da dendeicultura de energia na Amazônia paraense deve ser compreendida a partir das políticas de Estado para a matriz energética, tais como promoção da agricultura de energia e, no interior desta, as espécies vegetais para o biodiesel. Políticas sistematizadas no Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel e Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma no Brasil, que objetivam a implementação de forma sustentável, técnica e economicamente, da produção e uso do biodiesel, com enfoque na inclusão social e no desenvolvimento regional via geração de emprego e renda. Tem como principais diretrizes implantar um programa sustentável, promovendo inclusão social; garantir preços competitivos, qualidade e suprimento; produzir o biodiesel a partir de diferentes fontes oleaginosas e em regiões diversas.

Para tanto, o governo cria reserva de mercado por meio da Lei n. 11.097, de 13 de janeiro de 2005, que estabelece a obrigatoriedade da adição de um percentual de biodiesel ao óleo diesel comercializado ao consumidor, em qualquer parte do território nacional. O percentual obrigatório em 2012

alcançaria 5%, havendo um percentual obrigatório intermediário de 2% três anos após a publicação da lei.[3]

A área plantada necessária para atender ao percentual de mistura de 2% de biodiesel ao diesel de petróleo é estimada em 1,5 milhão de ha, o que equivale a 1% dos 150 milhões de ha plantados e disponíveis para agricultura no Brasil. Tecnicamente este número não inclui as regiões ocupadas por pastagens e florestas. As regras permitem a produção a partir de diferentes oleaginosas (soja, algodão, palma, amendoim, girassol, mamona, dentre outras) e rotas tecnológicas, possibilitando a participação do agronegócio e da agricultura familiar.

A Agência Nacional de Petróleo (ANP), responsável pela regulação e fiscalização do novo produto, cria a figura do produtor de biodiesel, estabelece as especificações do combustível e estrutura a cadeia de comercialização. A mistura do biodiesel ao diesel de petróleo será feita pelas distribuidoras de combustíveis, assim como é feito na adição de álcool anidro à gasolina. Conforme o Boletim Mensal do Biodiesel de fevereiro de 2013, da Agência Nacional de Petróleo, a composição do biodiesel é: biodiesel (5%) + diesel (95%). Igualando-se biodiesel 5% a 100%, temos a seguinte composição: óleo de soja (67,09%), gordura bovina (21,92%), óleo de algodão (4,63%), outros materiais graxos (2,75%), gordura de porco (1,10%), gordura de frango (0,10%); óleo de palma/dendê (1,39%).[4]

A partir do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel emerge a dendeicultura para energia, isto é, o cultivo de palma de dendê destinada à produção de biodiesel. O programa atrai Biopalma/Vale, Petrobras, Archer Daniels Midland (ADM), dentre outras, para o espaço agrário regional. A chegada dessas empresas foi precedida de aquecimento no mercado de terras nos municípios da mesorregião do nordeste paraense. Políticos, empresários e comerciantes regionalmente conhecidos fizeram uma verdadeira varredura fundiária, mapeando propriedades rurais potencialmente qualificadas para a dendeicultura. Fazendas agropecuárias, sítios, chácaras, produtivos ou não, foram negociados, impulsionando o capital especulativo alicerçado na terra. O montante do capital especulativo aumentava quando a terra era revendida para os novos empreendedores da dendeicultura de energia.

3 Disponível em: <www.mda.gov.br/portal/saf/programas/biodiesel/2286217>. Acesso: 15 abr. 2013.

4 Disponível em: <www.anp.gov.br/?pg=65301&m=&t1=&t2=&t3=&t4=&ar=&ps=&cachebust=1366056447869>. Acesso: 15 abr. 2013.

Foram os especuladores imobiliários locais que criaram as condições territoriais para que a Biopalma/Vale, Petrobras e ADM adquirissem terras para dendeicultura. A Biopalma/Vale, segundo Basa (2012), tem por meta plantar 80 mil ha, sendo 60 mil ha próprios e 20 mil ha em associação com a agricultura familiar, abrangendo 2 mil famílias pelos municípios de Abaetetuba, Acará, Concórdia do Pará, Moju e Tomé-Açu. Considerando-se que a reserva legal a ser respeitada pelo dendê é de 50% da área plantada, podemos dizer que a Biopalma/Vale terá o monopólio de uso do território de uma área de 160 mil ha.

A Petrobras Biocombustível, conforme Basa (2012), tem dois grandes projetos de agricultura de energia. O projeto Belém Bioenergia S/A (BBB), em associação com a Galp Energia, visa produção de óleo para Portugal. Ele prevê exportar 250 mil toneladas em 2014, abrangendo 50 mil ha em associação com agricultores familiares e produtores independentes. O outro projeto, Petrobras Pará, tem por meta uma área de 48 mil ha e abastecer a região Norte. A empresa não tem interesse em comprar terras, por isso estabelece parcerias, sobretudo arrendamento e programas de agricultores familiares. Concretizando-se essa meta, a Petrobras Biocombustível terá o monopólio de uso do território de uma área de 196 mil ha, considerada a reserva legal.

A ADM do Brasil, de acordo com Basa (2012), iniciou em 2011 a construção de uma planta de processamento de palma no município de São Domingos do Capim, em parceria com produtores locais e o governo. A produção ocupará um total de 12 mil ha, sendo 50% próprio e a outra metade com a agricultura familiar (600 famílias com plantio individual em torno de 10 ha). A usina de processamento será implantada na comunidade Perseverança, município de São Domingos do Capim, com capacidade de 60 toneladas de cachos de frutos frescos (CFF) por hora. Concretizando-se essa meta, a empresa terá o monopólio de uso do território de uma área de 24 mil ha, considerada a reserva legal.

Nesta situação geográfica, visualizamos no horizonte a tendência à formação de um campo sem camponeses. Senão vejamos: para concretizar suas metas, a Biopalma/Vale deverá contar com um contingente de mão de obra de aproximadamente 8 mil pessoas, sendo 6 mil de mão de obra individual assalariada e 2 mil unidades familiares – mão de obra coletiva – provenientes de associação com agricultura familiar; a Petrobras Biocombustível contará com a adesão de 98 mil unidades produtivas entre familiares e arrendatário; a ADM, por sua vez, para atingir sua meta, terá

a adesão de 600 unidades familiares e um contingente de 600 trabalhadores assalariados individuais.

Na contabilidade gerencial das empresas, para ser lucrativo, o empreendimento deve manter o patamar de um trabalhador a cada 10 ha, ou seja, cada trabalhador e unidade familiar cuidará de 1.430 plantas. Isso torna o trabalho na dendeicultura profundamente exaustivo, pois, desde a aquisição e transporte das mudas, preparo de área, plantio, tratos culturais, colheita, transporte até a agroindústria e processamento, tudo demanda esforço físico. Ainda que a unidade familiar inserida nos programas de agricultura familiar quisesse cultivar dendê consorciado, só poderia fazê-lo no primeiro ano de plantio, quando as raízes da palma ainda não estão completamente desenvolvidas e permitem o plantio de culturas que não são de raízes profundas. Entretanto, provavelmente lhe faltaria energia física para essas atividades, visto que, nos empreendimentos do dendê, de 10 ha por unidade familiar, esta terá que cuidar de 1.430 plantas. De modo que a pluriatividade característica da unidade familiar camponesa tende a ceder espaço para a especialização produtiva, predominando o que Bernstein (2011) chama de mercantilização da sobrevivência, ou seja, "[a] mercantilização é o processo pelo qual os elementos de produção e reprodução social são produzidos para troca no mercado e nele obtidos e que os sujeita às suas disciplinas e compulsões" (Bernstein, 2011, p. 125).

As unidades familiares associadas aos projetos de agricultura familiar de dendê não perdem a propriedade jurídica da terra, tampouco as pessoas tornam-se assalariadas das empresas; em suma, continuam proprietárias da terra enquanto meio de produção e força produtiva, e sua força de trabalho não é vendida à empresa. Porém, quem determina e comanda os usos dessa terra são as empresas; a terra, por meio de contratos entre partes "juridicamente iguais" e em comum acordo, transformou-se em território usado pelo dendê. Igualmente, a força de trabalho de todos que adentram os campos é treinada, comandada e utilizada exclusivamente para a cultura da palma africana.

Tais unidades distam no máximo 50 km da agroindústria de processamento, de modo que o cacho de fruto fresco colhido diariamente não demore 24 horas para ser processado, caso contrário perde qualidade. Tempo e espaço são variáveis determinantes na "inclusão produtiva" das unidades familiares. Para driblar essas instâncias da existência humana,

os empreendimentos constroem os territórios-rede do dendê, de modo a permitir que, nos vários quadrantes do nordeste paraense, unidades familiares associem-se aos Programas de Agricultura Familiar.

Considerando-se os números do Basa acerca das operações e da área financiada para agricultura familiar de dendê, ainda estamos demasiadamente distantes das metas de inclusão social de unidades familiares por meio da dendeicultura de energia, pois de 2002 a 2012, os dados do Basa (2012) agregam os empreendimentos de dendê no estado e, até março de 2012, chegaram ao tímido número de 772 contratos. Altos índices de inadimplência, ausência de arranjos institucionais locais com as prefeituras, ausência de capital social camponês, grande hiato entre o número de famílias cadastradas no diagnóstico territorial participativo e aquelas aptas ao programa de agricultura familiar, dentre outros, tentam explicar e justificar este cenário.

Portanto, a dendeicultura de energia não se sustenta do trabalhador coletivo das unidades familiares. Este contingente é pequeno se comparado à quantidade de trabalhadores individuais. Mas é importante para reprodução do discurso de responsabilidade socioambiental, geração de emprego, renda e inclusão social, transformando o tradicional camponês em agricultor familiar associado à dendeicultura.

Os lugares sentem o impacto da associação de unidades familiares à dendeicultura. Mudam-se a paisagem, a configuração espacial e a dinâmica social; enfim, a relação com o território, que antes era o quadro da vida, usado para reprodução da unidade familiar camponesa, isto é, satisfação de sua condição de existência. Hoje a reprodução da existência está profundamente dependente da associação com a dendeicultura, de onde provém o dinheiro para aquisição de tudo o que antes, em sua condição de camponês, produzia. Aqui não vai nenhum saudosismo, visão edênica de camponês bom selvagem, mas tão somente a crítica à proposição da dendeicultura de energia como única política de Estado para inclusão do camponês no desenvolvimento territorial rural, tentando transformá-lo em empreendedor rural, desconsiderando seu modo de vida e relações com os recursos naturais, como se o campo fosse tão somente um espaço produtivo, e não um espaço de vida. Portanto, sustentamos que nos lugares onde a dendeicultura se estabelece forma-se um campo sem camponeses, mas povoado por assalariados rurais.

No atual período, a dendeicultura de energia impulsionada pelo biodiesel é um grande projeto agroindustrial, um enclave territorial de agroenergia,

com as mesmas bases tradicionais dos que aportaram na região, sustentados por ações políticas estatais e ressaltando as vantagens técnicas, competitivas e econômicas, agora propondo a reinvenção da Amazônia como fronteira da agricultura de energia. Ele reinventa os lugares onde aporta, pois seu tamanho e metas exigem quantidades crescentes de terra e força de trabalho. A dendeicultura de energia tem alto poder de atração de mão de obra para execução de atividades que exigem esforço físico constante. Empresas disponibilizam transporte para deslocamento de trabalhadores até os campos, atraindo mão de obra de todos os quadrantes do estado e da região. Assim, em fevereiro de 2013, entrevistamos pessoas que têm família em Nova Esperança do Piriá, mas trabalham a mais de 400 quilômetros nos campos de dendê da Biopalma/Vale no Moju. Visitam seus lares só nas férias.

O raio de ação da Biopalma/Vale, Petrobras Biocombustível e ADM é regional. Essas empresas atraem força de trabalho de todos os quadrantes do estado do Pará, sobretudo da macrorregião do nordeste paraense e do Maranhão e Piauí, dentre outros. Trata-se, predominantemente, de trabalhadores cuja trajetória de vida revela que passaram várias vezes pelo campo, quer trabalhando em sua propriedade ou em de terceiros, desenvolvendo atividades que exigem baixa escolaridade e muito vigor físico.

De acordo com a Federação dos Trabalhadores da Agricultura (Fetagri), o estado [do Pará] tem hoje cerca de 700 mil trabalhadores no campo que são assalariados. O número de pessoas que sobrevivem com o que ganham com o trabalho na zona rural paraense, no entanto, é bem maior (*O Liberal*, 17 mar. 2013, p. 11).

Esse imenso contingente é atraído pela segurança salarial oferecida pelas empresas. Os trabalhadores migram para os territórios do dendê em busca de emprego e renda, abandonando assim a unidade produtiva familiar camponesa, formando-se um campo sem camponeses, posto que estes se metamorfoseiam, paulatinamente, em trabalhadores para o capital, seja como assalariados das empresas ou mesmo associando-se aos projetos de agricultura familiar. Esse movimento acentua processos anteriormente existentes nestes espaços rurais, tais como a crise na produção familiar de alimentos, envelhecimento do agricultor familiar, enfraquecimento da pluriatividade no campo, dependência e subordinação dos lugares à dinâmica das empresas, enfraquecimento dos movimentos sociais e das lutas pela reforma agrária, dentre outros que são objeto de investigação, análise e interpretação. Foge aos limites deste texto elucidar como, por que, quando e onde a dendeicultura aprofunda tais processos.

O imenso contingente atraído para a condição de assalariado rural possibilita às empresas subvalorizarem a força de trabalho, predominando para as atividades de campo a remuneração do piso salarial, que o trabalhador obtém dedicando em média 8 horas por dia. Tecnicamente, isso lhe possibilitaria trabalhar mais uma ou duas horas contabilizadas como produção, permitindo ao assalariado a remuneração máxima de 1.300 reais, pois não restaria vigor físico para ampliar a produtividade e, por conseguinte, o "bônus produtivo'.

Em nossas andanças pelos campos de dendê de Moju, Tailândia, Acará, Tomé-Açu, Garrafão do Norte, não encontramos nenhum trabalhador de campo que estivesse na empresa há mais de dez anos. Os baixos salários e o intenso esforço físico imprimem ao trabalho nos campos da dendeicultura um caráter provisório, isto é, até o momento em que o cidadão encontrar outro melhor. Em Tomé-Açu, nas plantações da Biopalma/Vale, uma das mais recentes, desencadeadas a partir do PNPB, em fevereiro de 2013, encontramos alta rotatividade de mão de obra. Em média, o trabalhador permanece de dois a três anos. Média semelhante observamos nas plantações da Marborges, em fevereiro de 2013. Mas essa rotatividade é assunto para outro texto.

Referências

BASA. A experiência do Banco da Amazônia com projetos integrados de dendê familiar. *Contexto amazônico*. 22ª ed. 2012. Disponível em: <www.basa.com.br/bancoamazonia2/includes%5Cinstitucional%5Carquivos%5Cbiblioteca%5Ccontextoamazonico%5Ccontexto_amazonico_22.pdf>. Acesso: 15 abr. 2013.

BERNSTEIN, H. *Dinâmicas de classe da mudança agrária*. São Paulo: Unesp, 2011.

CASTRO, A. M. G. de; LIMA, S. M. V; SILVA, J. F. V. *Complexo agroindustrial de biodiesel no Brasil: competitividade das cadeias produtivas de matérias-primas*. Brasília: Embrapa Agroenergia, 2010.

EMBRAPA. *Embrapa, Amazônia Oriental e o agronegócio do dendê no Pará*. Belém, 2006. Disponível em: <www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/394940/1/Doc257.pdf>. Acesso: 4 abr. 2013.

FURLAN JÚNIOR *et al. Biodiesel. Porque tem que ser dendê.* Belém: Embrapa/Palmasa, 2006.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

NAHUM, J. S.; MALCHER, A. T. C. Dinâmicas territoriais do espaço agrário na Amazônia: a dendeicultura na microrregião de Tomé-Açu (PA). *Confins* [online], 16, 2012. Disponível em: <confins.revues.org/7947; DOI: 10.4000/confins.79473>. Acesso: 13 dez. 2012.

NEVES, D. P. Agricultura familiar*, in:* CALDART, R. S. *et al*. (org.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012, p. 32-40.

SEMEDO, I. *O mercado de energia renovável: viabilidade econômica do dendê na agricultura familiar do Baixo Sul-Bahia*. Dissertação (mestrado) – Economia. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2006.

SILVA, J. S. de. *Produtividade de óleo de palma na cultura do dendê na Amazônia Oriental: influência do clima e do material genético.* Dissertação (mestrado) Programa de Pós-Graduação em Fitotecnia. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2006.

SUFRAMA/FGV. *Potencialidades regionais. Estudo da viabilidade econômica do dendê*. Manaus, 2003. Disponível em: <www.suframa.gov.br/publicacoes/proj_pot_regionais/dende.pdf>. Acesso: 4 abr. 2013.

TRABALHO rural precisa ser formalizado. *O Liberal.* Poder. Belém, 17 mar. 2013, p. 10.